

Juliana Alles de Camargo de Souza
julianaacs@brturbo.com.br

O papel da modalidade interrogativa nas unidades informativas do artigo de opinião autoral

The interrogative modality role inserted in the strategic board of the authorial article of opinion

RESUMO – Este artigo apresenta o papel da modalidade interrogativa inserida no quadro estratégico do artigo de opinião autoral, definido por meio de vias de continuidade constituídas por relações entre unidades informativas do texto. A pesquisa tem origem no projeto O.R.T.O. (Organização Retórica dos Textos de Opinião) e compõe a dissertação de mestrado que se estrutura a partir de Bernárdez e de Mann e Thompson (1992), seguindo estudos fundamentais da modalidade interrogativa e da modalização. Os resultados apontam para a interrogação como ponto de referência textual, integrando unidades macroestruturais, orientadas ao fim discursivo e ligadas a axiologias epistêmico-deônticas, textual e discursivamente voltadas ao *fazer-crer*.

Palavras-chave: modalidade interrogativa, estratégia, unidades informativas, modalização

ABSTRACT – This article presents the interrogative modality role inserted in the strategic board of the authorial article of opinion, defined by ways of continuity constituted of relations among informative units of text. The research originates from O.R.T.O. project (Rhetorical Organization of Opinionated Texts) and composes the master's degree dissertation based on Bernárdez and Mann and Thompson (1992), and on studies about interrogative modality and modalization. The results aim to the interrogation like textual reference, combining macrostructural units, toward a discursive aim and related to epistemic-deontic axiologies, which intends to *make-believe*.

Key words: interrogative modality, strategy, informative units, modalization.

Introdução

O estudo da modalidade interrogativa costuma restringir-se à análise de suas características intrínsecas tais como o modo de formulação das perguntas e as tipologias de interrogativas. A associação desses estudos com a observação do papel da modalidade interrogativa no leque das possibilidades de opções de continuidade do texto na elaboração escrita do gênero artigo de opinião autoral apresenta-se como uma ação importante, na perspectiva da produção da unidade complexa que é o texto.

As pesquisas do projeto O.R.T.O. (Organização Retórica de Textos de Opinião) são o fundamento primeiro da dissertação de mestrado que aqui se apresenta. O projeto tem como objetivo investigar a organização retórica do artigo de opinião autoral, para responder às questões sobre quais alternativas tem o produtor de um texto ao estruturá-lo com vistas a um dado fim persuasivo, bus-

cando igualmente identificar se existem regularidades nas opções de um determinado tipo textual específico. Desenvolvido na Unisinos, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Giering., o O.R.T.O. fundamenta a dissertação de mestrado sintetizada neste artigo, a qual mostra resultados que comprovam o papel da interrogação nas unidades informativas do artigo de opinião autoral.

O recorte investigativo proposto associa à modalidade interrogativa o tratamento da modalização no gênero focalizado. São reconhecidos os campos epistêmico (o campo do saber) e deôntico (o campo do dever) cuja ação se constrói à proporção que se elabora o universo argumentativo no qual se insere o artigo de opinião autoral.

A decisão de pesquisar sobre a interrogação deve-se ao levantamento realizado no *corpus* do projeto O.R.T.O., no qual se identificou um número expressivo de perguntas utilizadas em determinados segmentos textuais. A presença dessa modalidade frasal se orienta para

além do sistema simples (mais estável), que é a oração, e chega ao texto, sistema complexo (mais instável), desempenhando um papel fundamental na direção do fim discursivo no texto do gênero focalizado.

O estudo sobre quais as alternativas possíveis para o produtor (P) organizar o artigo de opinião autoral com vistas a seu fim discursivo e o reconhecimento de regularidades que essas opções imprimem na elaboração de um tipo textual específico são feitas a partir de Bernárdez (1995) e da RST (*Rhetorical Structure Theory*) de Mann e Thompson (2003), aportes teóricos que o O.R.T.O. registra. Nessa perspectiva, a pesquisa adota a concepção de retórica da RST, que considera o texto uma organização estrutural em que a composição das partes no todo se faz mediante princípios organizacionais estratégicos. Sob o prisma da construção de estratégias é que se analisa o papel da modalidade interrogativa, por meio do estudo dos efeitos produzidos com o uso e a conjugação da pergunta *em* e *com* uma dada unidade informativa.

Os objetivos principais da dissertação, por essas razões, concentram-se em: (i) evidenciar como o modo interrogativo serve ao produtor (P) textual para marcar o fato de que P considera que o leitor (L) poderia não compreender a posição axiológica do produtor, ou não crer na opinião apresentada, de modo satisfatório; (ii) evidenciar e esclarecer como a modalidade interrogativa serve ao produtor textual inserida em unidades informativas de Avaliação, Evidência, Justificativa e Solução; (iii) apontar a que tipo de desenvolvimento as frases interrogativas em N (núcleos) conduzem, isto é, a quais relações núcleo-satélite servem prioritariamente e como realizam isso; (iv) apontar e descrever os tipos de interrogações que ocorrem e sua relação com os segmentos textuais, a modalização e o fim ilocutório do artigo de opinião; (v) relacionar a modalidade interrogativa a valores epistêmicos ou deônticos (re)velados pelo produtor na construção do artigo de opinião; (vi) comprovar o valor argumentativo da modalidade interrogativa no artigo de opinião autoral; (vii) mostrar as implicações didáticas deste estudo.

Voltada a esses objetivos, a pesquisa desenvolve uma análise de opção metodológica qualitativa em cinco artigos de opinião autoral, sinalizados pelo emprego de interrogações. O trabalho tem em conta que, ao elaborar seu texto, o produtor (P) calcula que o leitor (L) possa não compreender, não aceitar ou não crer satisfatoriamente (n)a opinião expressa no texto. Por isso, lança mão de ações textuais/discursivas, compondo um universo discursivo em que atuam unidades informativas, interrogações, indícios da modalização epistêmico-deôntica e um fim ilocutório orientador de todas essas escolhas e usos.

Contextualizando a pesquisa

Tendo em vista que a base do trabalho realizado se faz na epistemologia textual de Bernárdez (1995) e nas re-

lações que compõem a RST (*Rhetorical Structure Theory*) de Mann e Thompson (2003), aportes teóricos do O.R.T.O., alguns esclarecimentos são necessários.

Em primeiro lugar, focaliza-se o modelo proposto pela RST, que considera que um texto se constrói a partir de relações fundamentais chamadas hipotaxe e parataxe. Por conseguinte, elementos subordinados, denominados satélites (S) ocorrem em função de subordinantes, chamados núcleos (N). Aos satélites, cabe a tarefa de ampliar, facilitar ou tornar aceitáveis os núcleos (N). Nestes, concentram-se as informações de nível informativo essencial, proporcionadas por P.

Essa visão de um transcurso textual, no qual a estruturação das relações entre segmentos textuais refletem as escolhas que o produtor (P) empreende, explicita alternativas a respeito das opções retóricas da elaboração do texto. A análise dessa construção retórica permite ao leitor e a um observador a validação da interpretação realizada e corrobora a existência da configuração estratégica do texto.

Em segundo lugar, dentro do espaço explicativo das hipóteses possíveis que o produtor pode utilizar ao construir seu texto, Bernárdez (1995) conjuga a lista de relações da RST de Mann e Thompson (2003) a três vias, às quais denomina Apresentativa, Hipotática e Paratática. A via Apresentativa, definida como uma seqüenciação de texto orientada para oportunizar ao leitor a informação que lhe assegure compreensão e aceitação do que diz o produtor, constitui-se pelas relações de: Antítese, Capacitação, Concessão, Evidência, Fundo, Justificativa, Motivação, Preparação, Reformulação e Resumo. Já a via Hipotática, em que a seqüenciação do texto, semanticamente, envolve uma informação nuclear e outra secundária (N e S), desenvolvendo conteúdos anteriores, é constituída pelas relações: Alternativa, Causa, Circunstância, Elaboração, Avaliação, Método, Propósito e Solução. Na via Paratática, em que existem pares nucleares (N1 e N2), remete-se, também, a enlaces semânticos, numa seqüenciação que leva a novas informações, sem desenvolvimento de conteúdos anteriores.. Nessa via, as relações ocorrentes podem ser: Contraste, Lista, Reformulação Multinuclear, Seqüência e União. As relações, assim, estabelecem as especificações que fazem acontecer os processos apresentativos, por exemplo, com o uso de uma relação de Evidência que condiciona o leitor (L) a aceitar ou crer em N.

Finalmente, dentro dos limites a serem delineados para a compreensão da investigação realizada, é essencial a síntese do que seja a nuclearidade (N), e esclarecimentos sobre as relações de Avaliação, de Justificativa, de Evidência e de Solução, já que, nesses segmentos macroestruturais, há a maior incidência das perguntas nos artigos de opinião autoral.

A nuclearidade (N) leva à consideração da existência de partes de texto que são mais essenciais, ou seja,

nelas é que se fundamentam ou a elas se dirigem outras partes, os satélites (S), com um papel específico em relação a N. O critério identificador de N se define de acordo com a relação que se estabelece com ele, ou seja, ele é a base sobre a qual se podem estabelecer relações, visando a um fim discursivo específico.

Dessa forma, relação de Avaliação apresenta um núcleo que expressa uma situação ou um fato; o satélite é um comentário ou uma expressão avaliativa sobre essa situação. Já a relação de Justificativa apresenta um núcleo informacional, isto é, uma informação base em vista da qual o satélite, outra informação, legítima o direito de P enunciar o texto. Quando se utiliza uma relação de Evidência, seu núcleo é uma afirmação. O satélite é outra informação que objetiva aumentar a crença de L em N, de forma a tornar demonstrada e comprovada a afirmação nuclear. Na relação de Solução, o núcleo é uma situação, método ou procedimento que satisfaz parcialmente uma necessidade ou um desejo. Um problema, uma questão ou um desejo é apresentado em S e sua resolução é expressa em N.

Nesse universo, sucintamente aqui anotado, é que se estudam, na dissertação, os artigos de opinião autoral, com seu fim ilocutório e seus segmentos relacionais em que a modalidade interrogativa se insere. A elaboração do texto também efetua cruzamentos que põem em jogo o epistêmico e o deontico – saberes e valores – que perpassam os diversos níveis da elaboração discursiva e textual.

A modalidade interrogativa

Em vista de a modalidade interrogativa ser a porta principal de acesso que se propõe e de ter a construção do *corpus* da dissertação focalizada nessa modalidade frasal, a seguir se apresenta uma síntese dos estudos feitos sobre esse assunto.

De acordo com Koch e Vilela (2001, p. 297), a frase configura “numa proposição, um dado estado de coisas e ocorre num texto transformada em enunciado ou parte de um enunciado”. Esses autores também dizem que a frase, em geral, tem componentes, na sua semântica frásica, de dois tipos: os *denotativos*, de cunho ontológico e referencial e os *comunicativos* ou *acionais*, dependentes do produtor, o que vem a ratificar a ação singular do articulista do gênero em estudo. Koch e Vilela (2001), sob esse viés comunicacional, escrevem que a modalidade apresenta-se mediante lexicalizações de acordo com funções que exerce. Conseqüentemente, a modalidade interrogativa, por questionar, fundamentalmente, visa, genuinamente, a provocar uma reação do destinatário.

Os dois tipos básicos de interrogações, segundo Koch e Vilela (2001) são as interrogações *totais* e *parciais*. Mateus *et al.* (2003) também identificam esses dois tipos e caracterizam-nos o primeiro, como uma declarativa que se torna pergunta (Compraste o jornal?) e a segunda, como

uma pergunta que apresenta um componente desconhecido (*Quando começam as aulas?*). As interrogativas parciais também são chamadas de *interrogações de complementos* ou *interrogações de palavras*; e interrogativas de *instanciação* (Koch e Vilela, 2001, p. 317).

Mateus *et al.* (2003) e Koch e Vilela (2001) apontam outros tipos de interrogações com as *parciais múltiplas* (*Quem disse o quê a quem?*), frase que solicita do interlocutor respostas acerca de todas as variáveis envolvidas; as *interrogativas tag* (*Você comeu o bolo, não comeu?*) em que se retoma com a expressão final, uma frase proferida antes; as *perguntas alternativas* (*Você vai ou não?*); as *pseudo-interrogativas indiretas* (*Ignoro o motivo por que fugiste*), dependentes do uso de verbos como ignorar, discutir, verificar etc. Esses autores apontam também para a existência da *interrogação retórica*, ou seja, da pergunta que, na realidade, é feita com a intenção de requerer a participação, a anuência, a concordância, mais do que a resposta verbal de um interlocutor.

Já a perspectiva semiolinguística de Charaudeau (1992), que contempla os estudos dos signos, suas combinações e sentidos, de acordo com escolhas fundadas numa intenção comunicativa realizada conforme situação e coerções de organização discursiva, indica os seguintes aspectos a respeito das perguntas. Primeiro, a interrogação faz parte do quadro da modalidade *alocutiva*, que é o posicionamento de um produtor ao implicar seu interlocutor na busca da informação/participação. Para o autor, entre outras características, a interrogação demanda: (i) a identificação de uma ação (*O que você faz agora?*); (ii) a identificação de uma causa (*Por que você veio tarde?*); (iii) a identificação de um objetivo ou finalidade (*Ele trabalha para quê?*); (iv) a identificação de um espaço (*Por onde você passou?*); (v) a identificação de um tempo (*Quando tu voltarás?*); (vi) a identificação de uma qualificação (*Como é ela fisicamente?*); (vii) a identificação de uma quantidade (*Quanto custa este livro?*).

Outra contribuição de Charaudeau (1992) é sobre as solicitações de assentimento, um uso importante da interrogativa. Essas solicitações podem basear-se sobre: (i) um pedido de compreensão fático (*Eu tenho razão, não tenho?*); (ii) uma solicitação de ponto de vista concernente à crença ou apreciação do interlocutor, baseada em verbos de opinião ou apreciação: (*Tu crês que há interesse em teu trabalho? Ou E tu, o que dirás? Tu a encontraste bem e bonita?*); (iii) numa pergunta que exprime pedido de escolha de ponto de vista, incitando a repetição, pelo interlocutor, de uma das alternativas propostas. Os pedidos de repetição de um enunciado já emitido se faz em auxílio do *Como* ou *Que?*, a exemplo de:

- *Ela teve trigêmeos.*
- *Quê?*
- *Como te disse?*

Dentre outros diversos aspectos que Charaudeau (1992) estuda, o valor argumentativo da interrogação é pon-

to importante do estudo que se apresenta. O questionamento é visto como um procedimento discursivo-argumentativo. Assim, a pergunta contém um propósito de cuja realização depende a resposta – real ou suposta – do interlocutor. Ao se usar o questionamento, continua o autor, pode haver proposta de uma escolha, pode-se verificar um saber, pode-se provocar o interlocutor, pode-se denegar.

Outra perspectiva essencial sobre a interrogação, na dissertação em foco, é a da lingüística textual de Harald Weinrich (1989). O lingüista considera a interrogação a partir do pressuposto de que os interlocutores disponham de informações suficientes e básicas para iniciarem a troca verbal. Por isso, o locutor deve escolher uma estratégia adequada que vá equilibrando diferenças de competência informativa entre ele e seu auditório. O produtor, por essa razão, deve servir-se das disponibilidades gramaticais de uma língua, a fim de eliminar eventuais perturbações do fluxo informativo. Na apresentação geral do ato de interrogar, Weinrich (1989) apresenta uma distinção das perguntas em cinco subclasses: (i) questões sobre asserção; (ii) questões sobre o papel a desempenhar; (iii) questões sobre a actância; (iv) questões sobre a circunstância e, como os demais estudiosos aqui apontados: (v) questões retóricas. As características das subclasses de perguntas que auxiliam a análise do *corpus*, qualitativamente são: a *assertivo-anafórica*, a *assertivo-catafórica* e a *pergunta retórica*. As demais, em vista de não serem significativas do ponto de vista do observado no *corpus* da dissertação, não são detalhadas.

Weinrich (1989, p. 529) estuda e apresenta com detalhe as *questões assertivas*, diferenciando-as por meio de seu perfil informativo e pelo foco na estrutura *tema* (o velho) e *rema* (o novo). Dessa forma, subdivide-as em: (i) questões assertivo-anafóricas e (ii) questões assertivo-catafóricas. As primeiras remetem ao cotidiano, com suas perguntas de importância menor; as segundas apelam a uma informação suplementar.

Normalmente, conforme o que publica o pesquisador alemão, a pergunta *assertivo-anafórica* prende-se mais a respostas afirmativas do que a negativas. Por intermédio dessa questão, o locutor pretende fazer saber seu desejo de diálogo, buscando, assim, disposição favorável do interlocutor.

Já a questão *assertivo-catafórica* indica uma pergunta que apela a uma informação suplementar ou a uma tomada de posição. Essa pergunta advém igualmente de uma asserção, de sorte que é importante saber sua resposta afirmativa ou negativa. Entretanto, a diferença entre as questões assertivo-anafóricas e as assertivo-catafóricas é que, nessas últimas, além de um sim ou um não, demanda-se uma informação nova ou uma tomada de posição a respeito da predicação. A resposta, inclusive, pode estar detalhada na seqüência do texto. Por essa razão, as perguntas assertivo-catafóricas são comuns em inícios de diálogos. Também por isso, a resposta pode ser um texto

completo, dando a informação solicitada com todas as nuances imagináveis.

Tanto Koch e Vilela (2001) e Mateus *et al.* (2003) quanto Weinrich (1989) estudam a pergunta *retórica*. Este último refere-se a ela como “uma categoria particular de questões” (Weinrich, 1989, p. 558). Com a ajuda de instruções sob forma de morfemas fáticos, ou outros signos que dirigem a atenção e a expectativa, esta pergunta tem uma resposta em si mesma. É uma questão aparentemente “desnecessária”. Um interlocutor será sensível a este tipo de questão se perceber seu papel no diálogo em curso, numa realidade que pede uma resposta mais em nível de atitude de aprovação. É nisso que reside o “valor retórico” desse tipo de questão.

A interrogação como marco da referenciação textual

Observada a incidência de perguntas nas unidades informativas, identifica-se a concentração maior das questões nos segmentos nucleares (N) e em satélites (S) das relações de Avaliação, Justificativa, Evidência e Solução. Tendo em vista que o núcleo (N) apresenta a informação essencial, definida de acordo com a relação que com se ele estabelece, a presença da pergunta nessa unidade (N) revela a interrogação como um marco referenciador, por exemplo, numa relação de Evidência na qual N é uma afirmação de base ou numa relação de Avaliação, em que N é uma situação.

Em suma, a interrogação, a partir de sua característica intrínseca de demanda de resposta, inserida numa afirmação para a qual se apresentam – na continuidade textual – evidências, cumpre um papel aglutinador e referenciador. Koch (2002, p. 75-79) apresenta a referenciação “como uma atividade cognitivo-discursiva-interacional concretizada pelos sujeitos sociais”. Portanto pode-se perceber o uso da interrogação como recurso de chamada ao leitor (L) para que, na busca da resposta demandada, reconstitua-se um universo significativo. Esse ponto de referência que a pergunta marca assegura a continuidade da estratégia de P, direcionado aos resultados que este tem em vista ao elaborar o artigo de opinião autoral.

Cumpra lembrar, por conseguinte, que a pergunta, além de marco de referência no processo da atividade de referenciação, da forma arrematadora como atua na demanda de respostas, garante a progressão textual. Além disso e por isso, sendo atividade cognitivo-discursiva, pressupondo sujeitos sociais, remete a axiologias, e estas, aos mundos epistêmico (o *saber*) e deontico (o *dever*).

Uma amostra do estudo

Utiliza-se o artigo de opinião autoral de Luís Augusto Fischer, para demonstrar o estudo realizado.

Um Burocrata Contra o Livro

1 Tem muita coisa aparentemente mais importante que isto, é claro, e
 2 mesmo assim isto causou um arrepio na espinha de muita gente, semana
 3 passada. Isto: a ameaça bastante concreta de que a escola do livro fosse fechada.
 4 Sei lá se se chama assim mesmo a Escola, que porém eu sei bem o que faz:
 5 ensina a conservar e a consertar livros e documentos de papel, há muitos anos.
 6 Isto foi o seguinte: um burocrata da Secretaria da Educação, louvando-se
 7 numa determinação legal qualquer, comunicou que a Escola do Livro ia fechar,
 8 porque não cabia mais à SEC se encarregar dela. Depois, deve ter ido para casa
 9 e dormido feliz. Por sorte, alguém avisou a imprensa, que foi lá e amou o banzé
 10 salvador.
 11 Fico imaginando o burocrata (que serve ao atual governo do estado, que
 12 eu com gosto ajudei a eleger). Deve ser uma pobre alma sem luz – e até aí nada
 13 podemos fazer, porque acontece de haver gente sem luz e sem vontade de ir
 14 para debaixo dela. Mas é um burocrata da Secretaria da Educação, e aí a coisa
 15 enfeia. Que preço tem o sujeito esse pelo livro? Em sua singela e tola conta, era
 16 preciso cumprir a lei. Sim, de acordo; mas eu me sinto à vontade para perguntar
 17 se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei. Sim? E por que justamente
 18 essa lei pateta ele precisa cumprir com tal afã, impondo o risco de fechar a
 19 Escola que prepara as gentes que cuidam dos livros?
 20 Minha conclusão íntima leva a pensar nesse burocrata como alguém para
 21 quem os livros podem até ser retoricamente importantes, mas não o são de fato,
 22 no fundo da alma. Fosse assim, ele mesmo trataria de encontrar a saída
 23 institucional para a sobrevivência da Escola, coisa afinal garantida pela entrada
 24 em cena da Secretaria da Cultura do Estado, o que não destoa da matéria.
 25 O livro, objeto singelo, de design simples e impressionantemente estável
 26 ao longo de tantos séculos, que não dá pane e sempre pode ser levado junto,
 27 objeto em que cabe tudo, da palavra “tudo” até o universo em forma de relato e
 28 estudo – o livro é forte pra burro, mas não resiste a todo burro
 (Fischer, 2002).

O fim discursivo ou ilocutório do artigo é a crítica à burocracia que ameaça fechar a Escola do Livro. O texto é composto pelos segmentos informativos: satélite da relação de Preparação (1.º parágrafo), unidade nuclear (2.º parágrafo); parágrafos 1 e 2, unidades nucleares do satélite da relação de Avaliação, esta presente dos parágrafos 3 ao 5. O artigo de opinião de Fischer apresenta as perguntas: “Sei lá se se chama assim mesmo a Escola que porém sei bem o que faz...” (linha 4, na Preparação); “Que preço tem o sujeito esse pelo livro?” (linha 15); “Sim?” (linha 17, na Avaliação) e “E por que justamente essa lei pateta ele precisa cumprir, impondo o risco de fechar a Escola que prepara as gentes que cuidam dos livros?” (linhas 17 a 19, na Avaliação).

A primeira questão (“Sei lá se se chama assim mesmo a Escola, que porém sei bem...”) é uma interrogação indireta cujo efeito se faz pela oposição “não saber se”, mas “saber Y”. A pergunta indireta colabora com esse preâmbulo, posto na unidade satélite de Preparação, pela marcação de parâmetros que P delimita. O nome não importa; vale o que a escola faz.

A unidade satélite de Preparação, aliando o uso do pronome *isto* que remete prospectivamente a N (parágrafo 2) e a utilização da (pseudo)interrogativa indireta, na realidade, indicam a busca do leitor, visto que o movimento de ida e volta do demonstrativo, na ação explicitadora que ocorre do 1.º ao 2.º parágrafos se conjuga à asserção decorrente da oposição entre o “sei lá” (indireta) *versus* “sei bem”. Os saberes de P (valores epistêmicos) e os deveres culturais (valores deonticos) partilhados são ele-

mentos modalizadores que o produtor (P) traz ao universo de comunicação estabelecido com L.

Já na unidade informativa de Avaliação, constituída pelos parágrafos 3, 4, e 5, as perguntas concentram-se no 3.º parágrafo e integram o segmento elaborado no sentido de delimitar a avaliação do autor com respeito à atitude do burocrata. Quando pergunta “Que preço tem o sujeito esse pelo livro?”, P já considerou, no tópico do parágrafo, como imagina o burocrata, e já o definiu como “uma pobre alma sem luz” num lugar, a Secretaria de Educação, onde a luz é tudo que se deseja e se necessita (analogia luz/saber). O parágrafo (linhas 11 a 19) assim está escrito, aqui apresentado com as perguntas em negrito:

Fico imaginando o burocrata (que serve ao atual governo do estado, que eu com gosto ajudei a eleger). Deve ser uma pobre alma sem luz – e até aí nada podemos fazer, porque acontece de haver gente sem luz e sem vontade de ir para debaixo dela. Mas é um burocrata da Secretaria da Educação, e aí a coisa enfeia. **Que preço tem o sujeito esse pelo livro?** Em sua singela e total conta, era preciso cumprir a lei. Sim, de acordo; mas eu me sinto à vontade para **perguntar se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei. Sim? E por que justamente essa lei pateta ele precisa cumprir com tal afã, impondo o risco de fechar a Escola que prepara as gentes que cuidam dos livros?**

A pergunta “Que preço tem o sujeito esse pelo livro?” é parcial ou de instanciação, o que se vê pelo uso do morfema interrogativo *que*, demandando uma resposta que defina ou descreva com clareza o valor dado – se existe – pelo funcionário, ao livro, ou melhor, perguntando de fato: “esse tal sujeito tem real preço pelo livro?” A localização dos termos na frase focalizada também deve ser sublinhada. Veja-se a formulação “o sujeito esse”. Nela, pode-se registrar um processo de definitivização, pois o produtor aponta o sujeito/burocrata (linha 13) e não “um burocrata” (como registrou no título e na linha 5).

A pergunta revela a indignação subjacente às palavras, sinalizada na relação de Avaliação construída. Quando questiona o preço do sujeito pelo livro, o segmento de avaliação, que se caracteriza por um comentário de P sobre uma situação, ganha a força argumentativa da ação de perguntar. Nele, o produtor mobiliza epistemes e deontologias para elaborar o comentário. Além disso, na composição da pergunta, o demonstrativo “esse” indica, ainda, em relação ao locutor, distância; tal distanciamento, na perspectiva em que se analisa a formulação e inserção da frase no con(texto), revela, mais uma vez, uma certa repulsa. Também os adjetivos “singela” e “tola” em: “Em sua **singela e tola** conta, era preciso cumprir a lei. Sim, de acordo; mas eu me sinto à vontade para perguntar se esse burocrata se apressa a cumprir qualquer lei” confirmam a crítica e referenciam o mundo desse artigo de opinião.

A interrogação também indireta: “... mas eu me sinto à vontade para **perguntar se esse burocrata se apressa**

a cumprir qualquer lei”, na linha 15, em realidade, é a afirmação de Fischer de que “esse burocrata” não corre a cumprir todas as leis assim como deve ter corrido para obedecer a essa determinação legal relacionada à Escola do livro. Quando se verifica a presença de mais uma interrogação seguindo essa indireta, o “Sim?”, com a resposta contrária à real atitude que, todos sabem, o funcionário toma de costume, a avaliação assume o caminho da crítica aberta e direta. Explicando: o articulista compõe indiretamente a pergunta sobre a rapidez de cumprimento das leis em geral, pelo funcionário; responde com uma pergunta constituída por um advérbio de afirmação, todavia apontando para um não. Pode-se inferir, sob uma leitura atenta e que une as pontas todas deste texto, que: “Não, ele não se apressa a cumprir toda e qualquer lei, mas – considerando a patetice desta lei em especial, já que trata de... livros – o tolo trata de cumpri-la com afã”. O efeito de sentido do advérbio de afirmação “sim?” é justamente o contrário do que indica sua feição positiva, ou seja, ele nega o que a questão inquirir. É possível, aliás, visualizar esse “Sim?” como uma pergunta de certificação (Mateus *et al.* 2003). Em detalhe: é uma espécie de pergunta de certificação ou de confirmação, mas que busca ratificar, veja-se o texto linhas 16 a 18, se o leitor sabe a resposta, para, daí, o produtor seguir a apresentação de seus argumentos. Observe-se, ainda, que o “Sim?” é seguido de uma nova pergunta demandando as causas da celeridade do burocrata justamente no cumprimento da lei absurda. A ironia, calcada no saber, é perceptível e segue marcadamente na interrogação seguinte.

“E por que justamente essa lei pateta ele precisa cumprir com tal afã, impondo o risco de fechar a Escola que prepara as gentes que cuidam dos livros?” é a interrogação parcial que segue e finaliza esse bloco de questionamento do parágrafo 3. A questão focalizada ou de instanciação demanda uma causa plausível, aliás não possível do ponto de vista do autor, para a atitude do referido funcionário da SEC, diante da qual o articulista expõe sua crescente indignação. A composição da pergunta, como frase, apresenta o advérbio modalizador delimitador (Neves, 2000) “justamente”. Essa denominação advém da noção que Neves apresenta de advérbios que não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do que é dito, no entanto fixam condições de verdade por delimitar um âmbito onde são efetivadas as afirmações, as negações e, neste caso, as interrogações. O advérbio delimitador “justamente” demonstra que o produtor circunscreveu limites para seu enunciado. É dentro desses limites, neste caso, dentro de uma restrição (“Entre tantas leis, esta foi rapidamente cumprida, por quê?”) que deve ser interpretado o enunciado. O articulista também questiona a necessidade de o burocrata cumprir a tal determinação legal, ao empregar o verbo “precisa”, ligado ao afã, à rapidez e à vontade capazes de arriscar a continuidade da Escola do livro.

Ainda na composição dessa interrogativa, a Escola ganha uma adjetivação importante. Aparece determinada com singularidade, por meio de um oração adjetiva restritiva, trazendo mais um efeito dentro desse segmento informativo de modalização, pela qualificação. Isso significa que, de acordo com o que diz Neves (2000), o uso de adjetivação cumpre um papel descritivo e revelador de um certo posicionamento do locutor. Portanto, se, para o burocrata tolo, a “lei pateta” precisa ser cumprida celeremente, ação que é fruto de seu descaso e ignorância, para o locutor, que já classificou o agente da SEC de “sem luz”, a Escola é aquela “que prepara as gentes que cuidam dos livros” e, assim descrita, deve ser preservada. A adjetivação incorporada à textualização dessa pergunta revela um posicionamento epistêmico do produtor, ou seja, revela, numa relação de Avaliação, aquilo que o articulista sabe, pensa e avalia da situação em foco. Nesse ponto, afinam-se textualmente a unidade informativa de Avaliação, a interrogação e a axiologia, recorrentes no delineamento do gênero artigo de opinião autoral.

Em vista da estratégia que o articulista adotou, é verossímil que se possa afirmar que o satélite da relação de Preparação pontua a direção muito objetiva da crítica que é feita ao burocrata, ponta de um *iceberg* chamado administração pública. Afinal de contas, o fim discursivo se constrói por meio das relações de Preparação e Avaliação e se consolida pelo uso também estratégico de perguntas. Esse questionamento é capaz de dar conta, mediante a linguagem de composição e da colocação da pergunta na unidade de Avaliação, da adesão do interlocutor ao comentário elaborado. A crítica à burocracia que ameaça fechar a Escola do Livro, fim discursivo, é fundada nessa estratégia relacional de unidades informacionais do texto e amalgamada pelo questionamento proposto.

Considerações finais

Na ambiência construída pelo produtor do artigo de opinião autoral a partir das opções de continuidade, a pergunta se insere indiscutivelmente como recurso estratégico na direção da captura da concordância do interlocutor.

É na direção desse interlocutor-leitor, com vistas a um fim discursivo, que P opta por determinadas seqüenciações e procedimentos estratégicos e orienta as ações em texto e discurso, visando, especialmente, ao *fazer-crer*.

Movimentos de retro e prospecção são marcados pela interrogação, já que a demanda de resposta delimita parâmetros dentro dos quais o universo da opinião se elabora e se constrói. Essa modalidade frasal é eficaz quando inserida nas unidades informativas do gênero focalizado, especialmente quando se trata de ações argumentativas, tão específicas no artigo de opinião. Os segmentos etiquetados como Evidência, Justificativa, Avaliação e Solução apresentaram efeitos significativa-

mente maiores, se estruturados com o auxílio da modalidade interrogativa, integrando ao gênero a ação do questionamento e amparando o texto na direção desse fazer-crer a que se propõe.

Finalmente, o estudo realizado aponta para uma proposta de pedagogia da língua que privilegia o trabalho com o desenvolvimento das competências de linguagem. Na ação languageira, o ato de interrogar não se limita a uma demanda de resposta a ser dada de imediato nem se restringe ao estudo da oração que concretiza essa questão. Esse ato circunscreve universos de sentido por meio do papel organizador, motivador e convocatório da pergunta, o que garante ao produtor e ao leitor a partilha de pontos de vista e a (re)elaboração necessária de valores no interior das relações sociais que o ser humano cria.

Referências

- BERNÁRDEZ, E. 1995. *Teoría y epistemología del texto*. Madrid, Cátedra, 238 p.
- CHARAUDEAU, P. 1992. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette Livre, 927 p.
- FISCHER, L.A. 2002. Um burocrata contra o livro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 7 maio, p. 5.
- KOCH, I.G.V. 2002. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Caderno de estudos da linguagem*, 41:75-89.
- KOCH, I.G.V. e VILELA, M. 2001. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra, Almedina, 565 p.
- MANN, W.C.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. e THOMPSON, S.A. 1992. Rhetorical Structure Theory and Text Analysis. In: W.C MANN e S.A THOMPSON, *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam, John Benjamins, p. 39-78.
- MATEUS, M.H; FARIA, I.H.; BRITO, A.M. e DUARTE, I. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Caminho (Coleção Universitária), p. 435-479.
- NEVES. M.H.M. 2000. *Gramática de usos do Português*. São Paulo, Unesp, 1037 p.
- WEINRICH, H. 1989. *Grammaire textuelle du français*. França, Didier/Hautier, p. 527-559.

Submetido em: 17/05/2006

Aceito em: 27/06/2006

Juliana Alles de Camargo de Souza

Mestre em Lingüística Aplicada (PPGLAY Unisinos). Professora Colégio Marista Pio XII - Novo Hamburgo, RS, Brasil